



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

Solução informatizada para gestão tributária pelo período de 12 meses.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Sumário

| | | |
|--------|---|---|
| 1 | Objeto da Contratação..... | 3 |
| 2 | Fundamentação da Contratação..... | 3 |
| 2.1 | Motivação..... | 3 |
| 2.2 | Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios..... | 3 |
| 2.3 | Alinhamento Estratégico..... | 3 |
| 2.4 | Estudos Preliminares do Objeto..... | 3 |
| 2.5 | Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada..... | 4 |
| 2.6 | Objetos Disponíveis..... | 4 |
| 2.7 | Caracterização e Composição do Objeto..... | 4 |
| 2.8 | Serviços Adicionais..... | 5 |
| 2.9 | Parcelamento e Adjudicação..... | 5 |
| 2.10 | Seleção do Fornecedor..... | 5 |
| 2.10.1 | CrITÉrios de Habilitação..... | 5 |
| 2.10.2 | CrITÉrios TÉcnicos Obrigatórios..... | 5 |
| 2.10.3 | CrITÉrios TÉcnicos Opcionais (Licitação tipo "melhor tÉcnica" e "tÉcnica e preço")..... | 5 |
| 2.10.4 | CrITÉrios de Preferência e de Desempate..... | 5 |
| | Não se aplica..... | 5 |
| 2.11 | Modalidade e Tipo de Licitação..... | 5 |
| 2.12 | Impacto Ambiental..... | 5 |
| 2.13 | Obrigações da Contratante..... | 6 |
| 2.14 | Obrigações da Contratada..... | 6 |
| 2.15 | Custo estimado da contratação..... | 6 |
| | R\$ 4.794,00..... | 6 |
| 3 | Especificação Técnica Detalhada..... | 6 |
| 3.1 | Requisitos TÉcnicos..... | 6 |
| 3.1.1 | Marcas e Modelos/Códigos de Referência..... | 6 |
| 3.1.2 | Vigência..... | 6 |
| | Anexo I – Plano de Fiscalização..... | 7 |
| 1. | Execução e Gestão do Contrato..... | 7 |
| 1.1. | Acompanhamento do Contrato..... | 7 |
| 1.2. | Recebimento Provisório e Definitivo..... | 7 |
| 1.3. | Pagamento..... | 7 |
| 1.4. | Transferência de Conhecimento..... | 7 |
| 1.5. | Direitos Autorais..... | 7 |
| 1.6. | Qualificação Técnica..... | 7 |
| 1.7. | Descumprimento Contratual..... | 7 |
| 1.8. | Penalidades..... | 8 |



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1 Objeto da Contratação

Contratação do sistema web Gestão Tributária, de titularidade da Open Treinamentos e Editora Ltda., solução tecnológica de apoio no trabalho relacionado às retenções na fonte dos impostos e contribuições incidentes nos pagamentos, sob responsabilidade do órgão, pelo período de 12 meses.

2 Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

O foco da atividade desta unidade está na pesquisa e na análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência envolvendo as áreas tributária e previdenciária, entre outras, destinadas a fundamentar as definições das incidências de tributos na fonte.

Considerando as dificuldades que a legislação tributária brasileira apresenta, e especial no que diz respeito às suas imprecisões e complexidade, além do acompanhamento da atualização permanente de suas normas, é importante ter disponível uma solução tecnológica de apoio para pesquisa e consulta da mencionada legislação.

Em face às atividades desenvolvidas na Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária, assim como na Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, o sistema auxiliará o trabalho na apuração e recolhimento dos principais tributos incidentes na fonte, com foco nas retenções e encargos relativos ao INSS, IRRF, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/PASEP e COFINS) e ISS nos pagamentos a pessoas físicas e jurídicas.

2.2 Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Devido à necessidade de respostas céleres, muitas vezes urgentes, e precisas por parte desta unidade no que diz respeito às obrigações tributárias incidentes nas contratações realizadas pelo TRESA, a aquisição de um sistema de soluções tecnológicas de apoio à pesquisa da legislação tributária permitirá, de forma dinâmica e objetiva, a análise e o estudo sobre a incidência do INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS nas despesas realizadas pelo órgão, alcançando maior eficácia e eficiência.

Ademais, observa-se que as normas tributárias vigentes apresentam diversas imprecisões, acentuando o nível de complexidade e dificuldade encontrada no estudo dessas normas. O acesso a um banco de dados atualizado otimizará tempo e recursos na solução de demandas, pois o volume excessivo de processos de pagamentos a fornecedores e documentos fiscais vinculados ao suprimento de fundos, sobrecarrega as seções envolvidas.

2.3 Alinhamento Estratégico

OE3, OE5 E EJE-S3

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Estudos Preliminares juntado ao PAE n. 22.196/2019.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Assinatura do sistema web Gestão Tributária, pelo período de 12 meses, conforme especificado no item 1.3.1 dos Estudos Preliminares, com cadastro para 3 (três usuários) simultâneos.

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

2.7.1. Ferramenta de consulta online da tributação na fonte por tipo de serviço (simulador);

a) A ferramenta deverá abranger orientações acerca das retenções de INSS, Imposto de Renda, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) e ISS - Imposto Sobre Serviços, diferenciando a natureza jurídica do contratado.

a.1) Na simulação, quando o serviço for prestado por Microempreendedor Individual, indicar, no resultado da consulta, se o tipo de serviço pode ser exercido por MEI;

b) A ferramenta deve diferenciar o tratamento dos entes contratantes de acordo com sua natureza jurídica. No nosso caso, o simulador deve apresentar orientações próprias contidas nas normas específicas aplicadas aos Órgãos Públicos Federais;

c) Na contratação de pessoas físicas autônomas, o simulador deve abranger:

- Quando da pesquisa da incidência do INSS, tanto a retenção do INSS na fonte, como a contribuição patronal;

- a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte;

d) O simulador deve permitir consulta relativa à tributação na fonte pelo código da atividade ou sua descrição na Lei Complementar n. 116/2013, ou ainda, pelo CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas);

e) O simulador deve efetuar cálculos das retenções tributárias a partir de valores informados a serem pagos ao prestador dos serviços;

f) A ferramenta deve disponibilizar/gerar relatórios em PDF da situação pesquisada, abrangendo todos os tributos: INSS, Imposto de Renda, Contribuições Sociais (CSLL, PIS/Pasep e COFINS) e ISS.

g) Disponibilizar as atualizações sem custo adicional;

h) Cadastro mínimo de 3 usuários.

i) Manter o site e a ferramenta de simulação disponível ininterruptamente pelo período da assinatura.

2.7.2. Acesso a banco de dados sobre legislação tributária, com boa organização para pesquisa e permanentemente atualizada;

a) o ambiente de pesquisa deve oferecer a possibilidade de identificar a natureza jurídica do contratante, vinculando essa à consulta da legislação, realizada por meio de filtros específicos;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) o ambiente da solução tecnológica (site) onde serão realizadas as pesquisas deve apresentar-se o mais preciso e objetivo possível, com conteúdo de fácil localização, seleção e voltado às informações de relevância às entidades públicas da esfera federal; a abrangência de tributos como ICMS ou IPI, cujas legislações têm muita pouca relevância para as instituições públicas, apenas polui o ambiente do site, atrapalhando com temas complexos e sem importância ou interesse para nós, órgãos públicos.

c) Recursos multimídias para exibição de conteúdo.

2.8 Serviços Adicionais

Não há serviços adicionais a serem contratados.

2.9 Parcelamento e Adjudicação

A contratação não comporta parcelamento.

2.10 Seleção do Fornecedor

A contratação se dará por meio de inexigibilidade de licitação, eis que apenas uma empresa comercializa o presente produto.

2.10.1 Critérios de Habilitação

A empresa deverá apresentar regularidade fiscal e trabalhista; comprovar a exclusividade na comercialização do sistema.

2.10.2 Critérios Técnicos Obrigatórios

A empresa contratada deverá permitir acesso simultâneo dos usuários cadastrados.

2.10.3 Critérios Técnicos Opcionais (Licitação tipo "melhor técnica" e "técnica e preço")

Não se aplica.

2.10.4 Critérios de Preferência e de Desempate

Não se aplica.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

O objeto será contratado por inexigibilidade de licitação.

2.12 Impacto Ambiental

| Natureza | Adequações necessárias |
|----------------------------|----------------------------------|
| Infraestrutura Tecnológica | Não há necessidade de adequação. |
| Infraestrutura Elétrica | Não há necessidade de adequação. |
| Logística de Implantação | Não há necessidade de adequação. |
| Espaço Físico | Não há necessidade de adequação. |
| Mobiliário | Não há necessidade de adequação. |
| Impacto Ambiental | Não há necessidade de adequação. |



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.13 Obrigações da Contratante

- a) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;
- b) Promover, através de seu representante, o Chefe da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária, ou seu substituto, a fiscalização do cumprimento do objeto e das demais cláusulas do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993;

2.14 Obrigações da Contratada

- a) Manter o sistema disponível ininterruptamente pelo período da assinatura;
- b) Disponibilizar o acesso eletrônico ao sistema e canais para suporte em caso de dúvidas na utilização dos recursos;
- c) Manter a ferramenta atualizada quanto às normas tributárias vigentes;
- d) Disponibilizar a consulta simultânea de 3 (três) usuários cadastrados.

2.15 Custo estimado da contratação

R\$ 4.794,00.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1 Requisitos Técnicos

Os requisitos estão descritos no item: 2.7.1.

3.1.1 Marcas e Modelos/Códigos de Referência

Não se aplica.

3.1.2 Vigência

O presente Contrato terá vigência de 1 ano a partir da data da sua assinatura.

Florianópolis, em ____ de _____ de _____.

Integrante Demandante

Integrante Técnico

Integrante Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A empresa contratada deverá permitir acesso simultâneo dos usuários cadastrados, assim como manter o site e a ferramenta de simulação disponível ininterruptamente pelo período da assinatura.

No caso de eventual descumprimento das premissas anteriores, o fiscal do contrato entrará em contato com a empresa, por telefone ou e-mail, a fim de que a situação seja imediatamente regularizada.

1.1. Acompanhamento do Contrato

No caso de eventual descumprimento das premissas anteriores, o fiscal do contrato entrará em contato com a empresa, por telefone ou e-mail, a fim de que a situação seja imediatamente regularizada.

1.2. Recebimento Provisório e Definitivo

Em razão das peculiaridades desse tipo de contratação, a atestação, tanto provisória quanto definitiva, do fornecimento da solução informatizada (sistema) é feita quando da inicial disponibilização de acesso aos conteúdos digitais, por meio de fornecimento de senhas.

1.3. Pagamento

1.3.1 Em razão das peculiaridades desse tipo de contratação, a atestação, tanto provisória quanto definitiva, do fornecimento da solução informatizada (sistema) é feita quando da inicial disponibilização de acesso aos conteúdos digitais, por meio de fornecimento de senhas, oportunidade em que ocorrerá o pagamento integral do objeto contratado.

1.3.2 O pagamento será feito em até 5 (cinco) dias úteis, em favor da contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável a empresa.

1.4. Transferência de Conhecimento

Não se aplica.

1.5. Direitos Autorais

Não se aplica.

1.6. Qualificação Técnica

Não se aplica.

1.7. Descumprimento Contratual

No caso de eventual descumprimento, o fiscal do contrato, entrará em contato com a empresa, por telefone ou e-mail, a fim de que a situação seja imediatamente regularizada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não sendo regularizada, o fiscal do contrato informará à SAO, de modo a que sejam aplicadas eventuais penalidades cabíveis.

1.8. Penalidades

Art. 86 da Lei n. 8666/93:

– Atraso injustificado na execução/entrega: multa de 0,5% ao dia;

Art. 87 da Lei n. 8666/93:

- Atrasos superiores a 30 dias serão considerados inexecução contratual. Inexecução total ou parcial do objeto pactuado: a) advertência; b) multa de 20% do valor contratado. Recursos: caberá recurso no prazo de 5 dias úteis da intimação, devendo o mesmo ser dirigido ao Diretor-Geral, por intermédio da Sec. de Administração e Orçamento, a qual poderá rever a sua decisão em 5 dias úteis ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão.